

APRESENTAÇÃO

INFÂNCIAS RURAIS: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Patrícia Oliveira S. dos Santos¹

Antonio Luiz da Silva²

Flávia Ferreira Pires³

Quando atentamos para a importância das crianças e das infâncias na história do fazer acadêmico, somos levados a admitir que ambas foram, durante muito tempo, tanto ignoradas quanto silenciadas nas pesquisas científicas. Ao dizer isso, estamos destacando que, de forma geral, as próprias crianças demoraram a despontar como ‘sujeitos’ legítimos das infâncias nas pesquisas, embora tenham estado muito presentes como ‘objetos’ em investigações das ciências médicas, pedagógicas, psicológicas etc. Em alguma medida, mas real e menos poética, era como se as crianças e as infâncias “estivessem não estando”. As crianças estavam presentes

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Mestre em Antropologia, bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: patriciaoss1288@yahoo.com.br

² Psicólogo da Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba atuando na política da pessoa com deficiência na FUNAD. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Gestão Escolar e licenciado com formação de psicólogo pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: tonlusi@hotmail.com

³ Antropóloga, professora Adjunta licenciada do Departamento de Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. Mestre e Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional (MN/UFRJ). E-mail: ffp23279@gmail.com

por seus corpos, por seu aprender, na consideração à sua saúde e à sua maturidade, naquilo em que elas podiam ser olhadas, mas estavam ausentes quanto à sua capacidade para agir, construir, influenciar no entorno de suas infâncias e em relação aos demais membros das gerações que as cercavam. Então, é considerando essa relação de ‘objetos’ e/ou de ‘sujeitos’, repitamos, que asseguramos que crianças e infâncias custaram bastante a aparecer nas ciências. E mesmo como objetos é preciso enxergar que elas estiveram mais em umas disciplinas e menos em outras.

Mas o que justifica essa lentidão na consideração às crianças como sujeitos das infâncias, como influenciadoras das sociedades, como agentes sociais, como fazedoras de culturas? Que visão de mundo imperava que as impedia de serem vistas, consultadas, interpeladas?

Parece-nos que a criança/infância enquanto sujeito/objeto de estudo estava posta sob suspeição. Teria ela alguma coisa a dizer? Tomando as ciências sociais como exemplo, não sem motivos, vamos observar que estas têm sido acusadas de se interessarem apenas pelo que, na pesquisa, era considerado como fonte aceitável e respeitável. Logo, numa tal mentalidade, parece ser de bom alvitre desconfiar da criança e quanto mais pequena menos confiável seria. Em maior medida no passado, mas talvez ainda hoje, pode-se se dizer que interessa ao cientista social, “[...] informantes que estão no centro dos acontecimentos, que têm um certo domínio das ocorrências, que têm, supostamente uma visão mais ampla das coisas [...], o adulto” (MARTINS, 1993, p.53). O adulto era o modelo ideal na hora da palavra confiável. Isso, acreditamos, está diminuindo, mas não tanto ao ponto de desmerecer esse nosso questionamento.

Fato é que quando as crianças foram lentamente aparecendo nas pesquisas científicas, elas foram recebendo, quando muito, um papel secundário, o que por sua vez, justifica, historicamente, “[...] a ausência de estudos sistemáticos sobre infância, principalmente em pequenas sociedades [...] onde o ponto de partida inicial não é a criança, mas sim qualquer outro tema” (NUNES, 2002, p. 238-239). Não era a criança, mas a criança na família, a criança na vida dessa comunidade, a criança dentro de outras realidades, por exemplo. É nesse sentido que hoje se tem compreendido que as crianças, antes de serem consideradas sujeitos

legítimos das investigações acadêmicas, acabaram ‘saltando’ primeiro para as entrelinhas das grandes narrativas científicas, onde o autor estava falando de um tema geral.

A INFÂNCIA E AS CRIANÇAS NOS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

Embora seja possível a localização de estudos de natureza mais inquieta quanto à possibilidade das crianças influenciarem de modo mais propositivo nas várias disciplinas que para elas olhavam, foi só a partir do final dos anos 1970 que se intensificou uma forte mudança de mentalidade acadêmica nessa direção. Nesse sentido o estudo de Ariès (1981) pode ser considerado um precursor desse movimento. De qualquer forma, a partir dos fins dos anos 1970 na Europa e nos EUA os cientistas começaram a considerar a infância como uma fase da vida que possui importância fundamental no processo de construção social. É correto destacar que no ano 1989 os estudos ao redor das crianças tomaram novo fôlego com a celebração da convenção internacional dos direitos das crianças, organizada pela ONU – Organização das Nações Unidas, motivo que animou toda a década de 1990. E, já no novo milênio, seguindo a ‘esteira’ de questionamentos à ciência, por meio de publicações importantes, tem sido possível observar que as crianças estão sendo revisitadas de outros modos, alguns bem interessantes e se tem procurado investigar não somente ‘sobre’ elas, mas sobretudo ‘com’ elas e/ou as ‘incluindo’ nos discursos humanos que a elas dizem respeito.

Podemos dizer, em alguma medida, considerando o movimento que questionou o adultocentrismo nas ciências, que houve, sim, uma importante implementação no sentido de transformação nas mentalidades. É claro que a consideração às crianças não pode ser desatrelada dos demais movimentos nas ciências sociais e humanas, visto que questionamentos outros estavam ocorrendo em diversos campos, o que foi feito em relação à negritude, às mulheres, à causa indígena, ao movimento no entorno das manifestações das sexualidades etc. De certo por isso, mesmo que tenha vindo, formalmente, por mãos adultas, o que não deixa de ser

problematizável, na opinião de Campos (2008, p. 36): “Parece mesmo que o último grupo dominado a ingressar nesse movimento de revisão dos modelos de pesquisa são as crianças”. As crianças, mesmo que ainda esteja sobre suas cabeças os argumentos que compõem a tutela tradicional do poder geracional, vêm saindo, reconhecemos, mesmo que de modo ainda lento, da ‘incapacidade ideológica, teórica, epistemológica no que tange às possibilidades de produção de saberes.

Nessa ambiência de mudança de paradigma, de modelos e de formatos as crianças passaram de um vir a ser, de seres passivos, de seres meramente objetos, para sujeitos de seu viver, sujeitos que se engajam, que agem, mesmo que em medida condicionada, controlada, etc. Elas podem ser hoje consideradas como agentes sociais que opinam, atuam e transformam as sociedades em que vivem, lógico, à medida que também são por elas transformadas. E um dado importante é que, na medida em que vão sendo, ao redor do globo, reconhecidas como sujeitos de direitos, cidadãs, as crianças passaram a ser consideradas ativas em seu próprio processo de socialização.

Os estudos contemporâneos, ao se focarem mais no hoje existencial das crianças, passaram a iluminar bem menos a infância como mero tempo preparatório. E aqui concordamos com aquilo que afirma Nascimento (2011, p. 39): “[...] a infância como estágio preparatório, formativo, de passagem, ocultava as crianças no presente, nas relações sociais estabelecidas com adultos e outras crianças, todos sujeitos de mudanças históricas e sociais”. Essa ocultação colocava as crianças no altar da espera, ou no pedestal do porvir. E isso era tudo.

É nesse movimento que surge um novo campo de estudos, multi e interdisciplinar, que vem conquistando espaço no mundo acadêmico, embora ainda se configure como um campo em constituição (SARMENTO, 2015). Justamente por ser um campo multi e interdisciplinar, demarcado primeiramente a partir de países anglo-saxônicos aparece sob várias designações. Sobre ele podemos encontrar expressões tais como *New Childhood Studies* e *Childhood Studies*. Nos países de língua portuguesa, esse campo pode ser designado como *Estudos da Criança*, *Estudos da Infância*, *Estudos Sociais da Infância*. E de acordo com

Lúcia Rabello de Castro (2013, p. 76): “O campo que se define hoje como “os estudos da infância” tem trazido renovação à forma de se pensar a infância, problematizando sua amarração conceitual ao conceito de desenvolvimento”. A criança não é apenas um ser a vencer etapas desenvolvimentais. É um sujeito que vive no hoje de sua existência, como qualquer outro indivíduo no bojo das geracionalidades.

A INFÂNCIA E AS CRIANÇAS NO MUNDO RURAL

Como espaço legítimo de pesquisa, o campo de estudos da criança vem aos poucos e cotidianamente conquistando espaço. Por seu trabalho feito, por seu caminho palmilhado, pela sua variedade metodológica selecionada, nos últimos anos temos visto um aumento significativo em sua produção acadêmica. As pesquisas têm se expandido para várias direções, encampando os mais variados temas. Contudo, mesmo com essa ampliação dos olhares, parece ser importante dizer que ainda há um grupo nesse meio que não tem recebido a devida atenção pelos pesquisadores da infância. Estamos falando das crianças que vivem em áreas rurais. A produção sobre essa temática ainda é bastante limitada, sobretudo quando comparada ao volume publicado, por exemplo, a partir das crianças que vivem situações urbanas. Temos pensado que se a criança ao longo do fazer acadêmico foi colocada de lado, marginalizada, tendo recebido pouca atenção pelas pesquisas científicas, as crianças das áreas rurais assim como a infância rural acabaram sofrendo múltiplos processos de marginalização. Deveras porque são crianças, do campo, em sua maioria numérica também empobrecida, por vivenciarem processos de exclusão (escolar, monetária, cultural, de locomoção, de saúde, de políticas públicas) em muito maior intensidade no campo que em relação ao que se vive na cidade. A cortina de muito pouco interesse fechou-se para as crianças e para as infâncias vividas nos meios rurais.

Ao refletirmos que as crianças e as infâncias dos meios rurais têm sofrido múltiplos processos de exclusão estamos tendo em mente que o próprio mundo rural, historicamente, foi e ainda é compreendido por muitos como o lugar do rude, do atrasado e do não civilizado (TASSARA,

2007). Houve, de certo, por parte de alguns campos das ciências uma tendência à maior valorização do urbano, “[...] que é considerado como espaço da civilização, do progresso e da modernidade, enquanto que ao rural cabe o estigma do atraso, da tradição e do estático” (CARNEIRO, 2012, p.33). O olhar que marginaliza o rural parece esquecer que ele nunca é estático. Logo, é preciso admitir que a ruralidade “[...] está em constante construção e por isso deve ser percebida através da interação entre os atores sociais e os sistemas culturais aos quais eles estão referidos” (CARNEIRO, 2012, p. 19). É preciso perceber a ruralidade em sua dinamicidade.

Além disso, durante muito tempo, a criança e a infância rural foram associadas ao trabalho precoce. De fato, o trabalho encontra-se no modo de vida esperado na organização familiar do trabalho camponês, o que pode reverberar no processo de socialização das crianças rurais. E nesse sentido os autores têm entendido que “[...] a infância tornava-se uma fase da vida dedicada ao aprendizado dos principais conhecimentos e significados da vida camponesa” (MARIN, 2008, p. 120). Sem dúvida, bem menos no presente, mas bem mais no passado, o trabalho familiar no contexto rural ainda ocupa um significativo espaço na vida das crianças desde bem pequenas. O trabalho familiar rural parecia carecer de todos os braços uma vez que tinha de alimentar todas as bocas.

De nossa parte, entendemos o trabalho da criança de modo diferente daquele que nacionalmente tem sido rotulado como trabalho infantil. E mesmo que vejamos nele elementos importantes do processo de socialização das crianças rurais como também já mostrou Sousa (2004), mesmo que seja praticado nos intervalos escolares, compreendido como ajuda à família ou como aprendizado, defendemos que o trabalho das crianças deve ser entendido como trabalho. É trabalho de criança. E isso pode nada ter a ver com uma noção de exploração ou com coisas mais humanamente degradantes já combatidas pela literatura especializada e pela experiência jurídica e política nacional e internacional. E, além disso, entendemos que a realidade do trabalho na infância não é uma realidade que deve ser relacionada apenas ao mundo rural, mas é extensivo, como já mostrado por Rita Marchi (2013) a muitas crianças das camadas populares, estejam elas nos meios rurais ou urbanos.

NOSSA INTENÇÃO COM ESSA COLEÇÃO DE ARTIGOS

Após o acima refletido, com esse dossiê nosso intuito é o de mostrar que as crianças rurais podem, devem e merecem ser abordadas por outras perspectivas de análises que vão além do trabalho em tenridade. Quem são, como vivem as crianças rurais de hoje? O que sabemos sobre elas? É possível pensá-las no hoje de nossa existência nacional e internacional? Será que vivem como viveram seus pais? Eis o desafio proposto e compreendido pelos autores e autoras nesse dossiê. Queremos trazer maior visibilidade às crianças das áreas rurais da contemporaneidade, mostrando que as crianças das áreas rurais se relacionam com os seus pares e com os adultos “[...] ao mesmo tempo em que convivem com seus outros papéis, suas funções dentro da comunidade familiar, o cumprimento de suas tarefas. Ela constrói e vive o hoje, vive a sua história” (LEITE, 1996, p.175). Desejamos mostrar que nem a infância e nem o rural estão parados no tempo, ao contrário, estão em constante processo de transformação. Assim, para nossa proposta, tanto a infância quanto o rural estão em movimentos contínuos, como tudo aquilo que é e contém o humano. Por isso mesmo, a concepção que temos da criança e da infância rural tem se modificado ao longo do tempo, principalmente por conta das questões políticas, econômicas e sociais. É claro que não atingimos um patamar material e cultural ideal. Mas é preciso reconhecer o que já se tem conquistado, avaliando-o para poder avançar ainda mais. Em alguma medida, o conjunto desses textos apresentarão palavras esperançosas.

Indo um pouco mais além, desejamos com o presente dossiê desafiar os atuais pesquisadores, tanto os do campo dos estudos da infância quanto os do campo dos estudos rurais, a olharem de maneira especial para as crianças desse meio, ampliando assim os espaços de discussões acadêmicas, numa espécie de redescoberta da infância rural ou da nova infância no meio rural. Apresentamos assim, trabalhos frutos de pesquisas que enfocam e mostram como são vividas as infâncias rurais de hoje, que privilegiam o ponto de vista das crianças das áreas rurais. Entendemos que ainda há grandes desafios a serem enfrentados, mas os artigos que compõem este dossiê contribuem de alguma forma para a ampliação desta temática.

COMENTÁRIO À CONTRIBUIÇÃO DE CADA TRABALHO

No conjunto dos textos que compõem esse dossiê apresentamos sete artigos e uma entrevista. A marca desse conjunto de trabalhos é a palavra *inter* e multidisciplinar. Seus autores (as) são provenientes da pedagogia, da antropologia, da sociologia, da nutrição, numa indicação clara de que a criança e a ruralidade pertencem, cada vez mais, aos múltiplos olhares.

O primeiro artigo desta coletânea chama-se “Entre o rural e o urbano: os caminhos percorridos pelas crianças em um bairro periférico de João Pessoa (PB)”. Foi escrito por Karla Jeniffer Rodrigues de Mendonça com co-autoria de Flávia Ferreira Pires, e veio da beira mar da Paraíba. Sua autora acompanhou inúmeros movimentos das crianças da comunidade de Gramame, enquanto estas se deslocavam da periferia urbana até a zona rural, no contraturno escolar, para participarem de atividades feitas por uma ONG – Organização Não Governamental, a Escolha Viva Olho do Tempo – EVOT. O interesse da autora está centrado no cotidiano infantil, elementos que poderiam passar despercebido ao olhar apressado. Ela interessa-se em como as crianças pensam aquilo que está acontecendo em sua comunidade, em como meninos e meninas compreendem as transformações que ocorrem, de modo bastante acelerado, em seu entorno, atingindo tanto suas vidas, quanto a existência de seus familiares, amigos, o meio ambiente, como entendem, sugerem, opinam sobre suas realidades cotidianas etc.

O segundo texto nos veio do Pará, foi escrito por Maria do Socorro Rayol Amoras, e tem como título “Temos um jeito de viver aqui: a identificação quilombola pelas crianças abacatenses”. Sua autora escolheu como campo de pesquisa a comunidade quilombola de Abacatal, povoado que fica localizado na área rural de Ananindeua, município da região metropolitana de Belém. O artigo se dispõe a discutir a identificação quilombola pelas próprias crianças. É interessante observar como as crianças percebem as suas relações com os que estão dentro ou fora e como elas estabelecem uma interpretação da formação daquela comunidade a partir das relações que elas vão costurando com aqueles que estão em seu entorno, como vão se apropriando e recriando, a seu modo, as histórias contadas pelos seus ancestrais.

O terceiro texto foi escrito **Fábio Accardo de Freitas** e tem como título “Os pequenos sujeitos na luta pela terra: educação infantil popular na ciranda infantil do MST”. Esse texto nos veio do Estado de São Paulo. Teve como pano de fundo uma experiência de pesquisa realizada no pré-assentamento Elizabeth Teixeira, o qual fica localizado no município de Limeira. O texto tomou como objeto de análise a prática educativa da Ciranda Infantil, uma prática pedagógica desenvolvida pelo MST, entre as suas muitas finalidades encontra-se a construção da participação política, a autonomia das crianças sem-terrinhas.

O quarto texto chama-se “A infância sem terra em movimento na luta por escola, terra e dignidade”. Foi escrito por Lia Pinheiro Barbosa e Mirna Sales. Ele parte do entrecruzamento de dois empreendimentos metodológicos. O primeiro deles foi uma abrangente pesquisa de campo realizada na Microrregião dos Sertões de Crateús, a qual é composta pelos municípios de Crateús, Nova Russas, Novo Oriente, Independência, Tamboril, todos em terras do Estado do Ceará. E o segundo refere-se a um levantamento histórico-documental, em que as pesquisadoras analisaram vários documentos produzidos pelo Setor de Educação do MST. Com base nesses dois empreendimentos acima citados as autoras tomam como objetivo apresentar elementos reflexivos do processo de consolidação da Infância Sem Terra na organicidade do próprio MST. Além disso, elas buscam destacar qual o papel dos *Sem Terrinha* na luta por escola, pela terra e por dignidade. Para elas esses elementos atravessam a resistência camponesa não só no Brasil, mas em toda América Latina. Sem dúvida, as crianças não poderiam ficar de fora.

O quinto texto foi escrito por Marina Di Napoli Pastore. Tem como título ““Só se vive de verdade no campo”: notas etnográficas de uma pesquisa com crianças num povoado rural em Moçambique”. Sua autora, que é brasileira e faz doutorado em São Carlos (SP), nos presenteia com um texto no qual relata uma parte de sua vivência com as crianças de Nhondlovo, um povoado rural do distrito de Massinga, província de Inhambane, Moçambique. O texto nos traz as crianças do além-mar, como vivem, pelo que se interessam, como acessam os pesquisadores estrangeiros e o que a eles podem ensinar tanto por palavras, vivências e gestos.

O sexto trabalho chama-se “Autonomia do universo infantil versus autonomia infantil: a agência das crianças no contexto camponês Capuxu”. Foi escrito por Emilene Leite de Sousa, e versa sobre as crianças do povo Capuxu, gente que habita o Sítio Santana-Queimadas, no município de Santa Terezinha, no sertão da Paraíba. A partir daquele grupo de crianças sertanejas, seu texto vai descortinando temas como agência infantil, autonomia das crianças, sistemas de parentescos, apadrinhamentos e onomásticas. Ela presta bastante atenção à capacidade infantil tanto de se enquadrar quanto de modificar os sistemas configurados em seu entorno.

O sétimo artigo tem como título “Las (pequeñas) manos que trabajaron la tierra. Vida infantil y recuerdos en el periurbano rural de Buenos Aires (Argentina, 1950-1960)”. É uma importante contribuição escrita por Celeste De Marco. Esse texto é um verdadeiro mergulho na memória de uma experiência história que teve lugar nos arredores da capital da Argentina. Sua autora entrevista adultos que viveram suas infâncias em pequenas propriedades rurais, interessando-se por suas histórias. A partir das memórias, ela vai construindo uma narrativa das vivências infantis daqueles (as) adultos (as) na atualidade. É uma mirada em retrospectiva.

O oitavo artigo que compõe esse dossiê tem por título “Religião e criança: o universo infantil através das metodologias, vivências e práticas na Igreja Adventista. O trabalho é de autoria de Priscila Ribeiro Jeronimo Diniz, doutoranda em Ciências das Religiões e nele a autora busca apresentar metodologias usadas na pesquisa com crianças em um universo religioso, a Igreja Adventista. O trabalho apresenta algumas notas de campo, da Escola Sabatina, dos Grupos Primários da Igreja Adventista, trazendo consigo contribuições para o processo de socialização da criança nesse universo religioso.

A última contribuição desse conjunto de texto intitula-se “A participação política da Criança no Movimento Sem Terra”, e é uma entrevista que a Christina Gladys de Mingareli Nogueira realizou com a pesquisadora e militante do MST, Kamila Karine dos Santos Vanderley. É interessante ver de dentro a percepção da entrevistada a respeito das organizações internas do movimento, sobretudo aquelas que tangem mais de perto às crianças.

UMA PALAVRA AOS (ÀS) PARECERISTAS E EDITORES

Pertencentes a muitas filiações acadêmicas, os (as) pareceristas convidados (as), para essa tarefa merecem uma palavra de agradecimento bastante especial. Eles (as) foram unânimes em não reprovar nenhum dos textos apresentados para suas avaliações. Em primeiro lugar, pensamos, porque eram textos que tinham contribuições muito boas para pensar a ruralidade e a infância, proposta do dossiê. E em segundo lugar, intuímos, porque preferiram seguir o caminho menos fácil. De fato, jogar os autores fora de uma publicação seria uma atitude muito simplória e evitaria o esforço de fazer crescer um trabalho acadêmico. Eles (as) preferiram ajudar, aperfeiçoar, melhorar, indicar caminhos aos (às) autores (as). E depois da opinião emitida, está claro, os trabalhos ganharam muito e ficaram ainda melhores. Ficamos muito felizes porque acreditamos ser desse modo que a ciência deve acontecer. A todos e a todas queremos dizer uma palavra de imensa gratidão, pela postura ética e científica, pelo empenho, mas, sobretudo, porque destacaram um pouco do seu já escasso tempo para nos ofertar, num gesto de dádiva, uma enorme contribuição.

Somos gratos ainda aos editores da *Revista Temáticas* do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp pelo paciente trabalho, pelas inúmeras sugestões, pelas idas e vindas, pelas intermediações e pelo esforço na direção do crescimento humano e acadêmico coletivo. O papel de vocês foi fundamental e animador nessa construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Phillipe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.
- CAMPOS, M. M. Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In: CRUZ, Silvia. (Org.) *A criança Fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, 2008.
- CARNEIRO, Maria José. 2012. *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

- CASTRO, Lúcia Rabello de. *O futuro da Infância e outros escritos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira. *Crianças do campo: os mudos da história?* Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n. 6, p.170-191, 1996.
- MARCHI, Rita de Cássia. Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 47, p. 249-265, 2013.
- MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Infância camponesa: processos de socialização. In: NEVES, Delam Pessanha & SILVA, Maria Aparecida de Moraes (orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de reprodução camponesa*. Vol. 1. Editora Unesp, 2008.
- MARTINS, José de Souza (org.). *O Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- NASCIMENTO, Maria Leticia Barros Pedroso. Reconhecimento da sociologia da infância como área de conhecimento de campo de pesquisa: algumas considerações. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de & FINCO, Daniela. (orgs.) *Sociologia da infância no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- NUNES, Ângela. O lugar das crianças nos textos sobre sociedades indígenas brasileiras. In: LOPES DA SILVA, MACEDO & NUNES (orgs.). *Crianças Indígenas, ensaios antropológicos*. São Paulo: Mari/Fapesp/Global, 2002.
- SARMENTO, Manuel. Uma agenda crítica para os estudos da criança. In: *Currículo sem Fronteiras*, v. 15, n. 1, p. 31-49, jan./abr. 2015.
- SOUSA, Emilene Leite de. *“Que trabalhais como se brincásseis”:* trabalho e ludicidade na infância Capuxu. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFCCG, 2004.
- TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. *Urbanidade e periurbanidade(s). Reflexões sobre dimensões psicossociais das dinâmicas históricas*. Série Documental, Rio de Janeiro, n. 17, p. 1-19, 2007.
- Temáticas*, Campinas, 26, (51): 09-20, fev./jun. 2018